



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Poder Executivo

RELATORIO ANUAL CIRCUNSTANCIADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ/PA,

RELATIVO AO EXERCICIO DE 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Poder Executivo

APRESENTAÇÃO

O Relatório Circunstanciado é um instrumento imprescindível no acompanhamento da transparência da situação financeira municipal através da prestação de contas relativa ao exercício anterior das contas de Governo do Prefeito. O RC apresenta informações constando as metas físico-financeiras previstas e alcançadas, conforme o que foi estabelecido no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual de 2024.

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

A receita consolidada para o exercício financeiro de 2024 distribuídos entre as diversas Unidades Orçamentárias, Autarquia e o Poder Legislativo, respeitando os limites constitucionais definidos através da Lei Municipal, todas devidamente encaminhadas ao TCM, foi um montante **prevista de R\$ 267.258.341,00** (duzentos e sessenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais) **arrecadada de R\$ 187.761.673,75** (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)

DA RECEITA POR FONTE DE RECURSO CONSOLIDADO

A receita por fonte de recurso realizada no exercício financeiro de 2024 no valor **bruto** de **R\$ 203.674.652,22** (duzentos e três milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e vinte e dois centavos), **dedução** no valor total de **R\$ 15.912.980,61** (quinze milhões, novecentos e doze mil, novecentos e oitenta reais e sessenta e um centavos), valor **líquido** no valor **R\$ 187.761.673,75** (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos).

DEMONSTRATIVO RESUMIDO DA DESPESA CONSOLIDADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Poder Executivo

A despesa consolidada do Município de Rondon do Pará realizada no exercício financeiro de 2024, realizou um montante de despesas orçamentárias **dotação atualizada** no valor total de **R\$ 267.258.341,00** (duzentos e sessenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais), despesa **empenhada R\$ 184.944.672,16** (cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos), **Liquidada R\$ 184.942.172,16** (cento e oitenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e setenta e dois reais e dezesseis centavos), **Paga R\$ 182.735.043,52** (cento e oitenta e dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil, quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

RETENÇÕES (INSS, ISS, IRRF, Consignações, etc.)

As retenções estão sendo registradas contabilmente de forma individualizada em contas específicas e no fluxo orçamentário e extra orçamentário de acordo com sua natureza.

DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Repasses do Legislativo

Conforme relatório do Sistema de Contabilidade da Prefeitura, verificamos que no exercício financeiro de 2024, o Município realizou repasses regulares, sendo o valor total de **R\$ 5.818.738,00** (cinco milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e trinta e oito reais).

APLICAÇÃO EM MDE SOBRE RECEITA DE IMPOSTOS

Considerando os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, foram aplicados de acordo com as normas Constitucionais e Legais em ações e serviços públicos de ensino valores aplicado em **28,45%** ficando acima do limite mínimo estabelecido, conforme determina a Constituição Federal em seu artigo 212 em 25%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Poder Executivo

ASP- AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE

Considerando os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, foram aplicados de acordo com as normas Constitucionais e Legais, a apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em ASPS atingindo um percentual de **26,49%** no acumulado do exercício de 2024, ficando acima do limite legal exigido de no mínimo 15%.

DO GASTO COM PESSOAL CONSOLIDADO

Analisando as despesas com pessoal do Poder Executivo seguindo as orientações e parâmetros estabelecidos pelo TCM-PA em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando as informações apresentadas no Anexo I (LRF, ART. 55 Inciso I, alínea 'a'), **Demonstrativo da Despesa com Pessoal Consolidado**, com dados apurados, apontam que o Poder Executivo despendeu o montante de **Receita Corrente líquida ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal** no valor de **R\$ 183.454.955,52** (cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), **despesa total com pessoal no valor de R\$ 92.934.926,30** (noventa e dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta centavos), totalizando o percentual de **50,66%** de gastos com o pessoal. Observando que o número refere-se aos valores acumulados, estando a forma de análise de acordo com o parágrafo 1º do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os resultados apresentados demonstram o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto aos limites ali estabelecidos: 51,30% (prudencial) e 54% (máximo), 48,60% (alerta).

RECOLHIMENTO DO PASEP

O recolhimento do **PASEP** no exercício 2024 foi apurado o valor a pagar de **R\$ 668.994,65** (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ

Poder Executivo

RESTOS A PAGAR CONSOLIDADO

Quanto aos restos a pagar, verificou-se pelo relatório da despesa emitido pela contabilidade, revela que houve inscritos em restos a pagar processados no montante de **R\$ 856.994,12** (oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e quatro reais e doze centavos).

PUBLICAÇÕES, PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO

Para obtenção de informações está disponível na rede mundial de computadores no Portal da Transparência Pública do Município, em cumprimento Lei Complementar nº. 131 de 27 de maio de 2009 trouxeram novos dispositivos à Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) determinando a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a Execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a chamada "Transparência Pública".

DAS METAS PREVISTAS NO PPA, NA LDO E NA LOA

As metas previstas nos orçamentos obtiveram previsão e realização até 31.12.2024, de acordo com a execução orçamentária do exercício findo e documentos contábeis pertinentes.

Rondon do Pará, 20 Fevereiro 2025